

Brasil quer US\$ 6 bi. E vai procurar os banqueiros.

Negociações devem ser
retomadas até o fim deste mês

US\$ 6 bilhões. Esse é o total de novos recursos externos que o Brasil vai precisar este ano para garantir o crescimento econômico de 5% previsto nos estudos que estão sendo feitos pelo Ministério da Fazenda, para incorporação ao Plano Bresser de estabilização econômica.

O Palácio do Planalto já foi informado do novo nível de necessidades de recursos externos do País, pelo próprio ministro da Fazenda, constatando-se, diante disto, que é preciso apressar a retomada das negociações da dívida externa. O presidente Sarney, segundo se informou ontem no Palácio do Planalto, espera que as negociações com os banqueiros externos sejam retomadas até o final deste mês.

Dos US\$ 6 bilhões que o País precisa para este ano, US\$ 4 bilhões serão captados em bancos estrangeiros privados e US\$ 2 bilhões em instituições internacionais, destacando-se entre elas o Banco Mundial (Bird), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Clube de Paris.

Dentro da nova estratégia de política externa que vem sendo montada pelo Plano Bresser, há um espaço importante para a conversão de dívida externa em capital de risco, pelas empresas. Ainda que tais valores não venham a assumir grande importância quantitativa, entende-se no Ministério da Fazenda que o fator psicológico de tal medida é considerável, contribuindo, significativamente para reacender as boas expectativas empresariais, em relação ao futuro do País. Cria-se, deste modo, um ciclo positivo de fluxo de recursos, pois, à medida que surjam novas perspectivas quanto ao desenvolvimento brasileiro, novos recursos passam a ser canalizados para o País.

Avaliações feitas no Palácio do Planalto e no Ministério da Fazenda consideram que não será difícil ao Brasil captar este ano os US\$ 6 bilhões de que necessita. Em primeiro lugar, o Planalto acha que está havendo uma revitalização do Plano Baker (criado pelo secretário do Tesouro norte-americano, James Baker), que poderá destinar mais de US\$ 20 bilhões às economias dos países endividados do Terceiro Mundo, o mesmo ocorrendo com o governo japonês, que deverá destinar cerca de US\$ 30 bilhões nos próximos três anos.

Destaca-se, ainda, no Palácio do Planalto, que tanto os governos dos países desenvolvidos, quanto os dirigentes das instituições internacionais já acatam a tese brasileira de se adotar um plano de estabilização econômica que preserve o crescimento econômico. Somente não acham adequado uma taxa de crescimento muito alta, ponto que também confere com o que pensa o governo brasileiro.

Delegação do Bird

Uma delegação de 15 especialistas do Banco Mundial, chefiados por William McGreavy, da divisão da América Latina e do Caribe, iniciou ontem uma série de reuniões com técnicos do Ipea das áreas de nutrição, saneamento, saúde, educação e habitação, com vistas a uma definição da

proposta brasileira de um financiamento de US\$ 500 milhões para os programas sociais do governo, com desembolso ainda este ano. Após o exame da situação de cada uma dessas áreas, a comissão visitará algumas regiões mais carentes do País, onde os projetos seriam implantados.

A intenção da Seplan é obter recursos externos para financiar o programa de prioridades sociais do governo, orçado em quase Cz\$ 100 bilhões no corrente ano. Há interesse em obter a aprovação do Bird para o programa de distribuição gratuita de leite, assim como de outros que estão sendo montados pela Secretaria de Ação Comunitária.

Em busca de recursos

O ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, anunciou ontem que o Brasil vai começar a formar fundos de investimentos nos Estados Unidos, para captar naquele país recursos novos necessários ao desenvolvimento das empresas brasileiras de capital aberto. Os primeiros passos para dar início à operação foram comunicados ao presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Luiz Octavio da Motta Veiga, que despachou ontem no Rio com o ministro da Fazenda, para tratar de medidas destinadas a fortalecer o mercado de ações brasileiro.

Ao ser abordada a questão da transformação de parte da dívida externa em investimentos de risco, o ministro mostrou preocupação com os reduzidos preços das ações de empresas brasileiras negociadas nas Bolsas de Valores, fato considerado perigoso por alguns setores do governo, diante da possibilidade de o capital estrangeiro controlar companhias nacionais facilmente.

Segundo o presidente da CVM, o ministro da Fazenda entende perfeitamente a situação, "razão pela qual esse tipo de cochilo não vai ocorrer, na medida em que o governo tem absoluta consciência de que o processo de conversão não poderá ser executado de acordo apenas com o interesse do credor, mas para atender a programas de desenvolvimento do País".

Fundo Brasil

O presidente da CVM disse que, prioritariamente, o governo está interessado na captação de investimentos novos, tanto assim, que acelerará a formação do Fundo Brasil de Investimento, com instituições norte-americanas especializadas em mercados internacionais. Acrescentou que a CVM acertou as bases iniciais com a corretora Merryl Lunch, com a empresa de investimentos Salomom Brothers, com First Boston e com a Internacional Finance Corporation (IFC), contatos que serão reiniciados a partir de hoje, de modo a definir os valores de lançamento das contas do Fundo Brasil nos EUA.

Para impedir qualquer tentativa de controle acionário ou concentração em determinado papel, Motta Veiga explicou que o Fundo Brasil obedecerá aos seguintes limites: não poderá ter mais de 5% de ações com direito a voto; as aplicações totais em uma determinada empresa não poderão ultrapassar 20% (incluindo ordinárias e preferenciais); dos recursos totais do Fundo, não poderão ser aplicados mais de 10% em cada ação.

O presidente da CVM mostrou-se bastante confiante com essa possibilidade de novos investimentos no País, principalmente, ao lembrar que no mercado de capitais internacional existem US\$ 14 trilhões em investimentos. Tanto assim, que anunciou a abertura de concorrência entre as instituições financeiras estrangeiras interessadas na formação do Fundo podendo participar todos que tenham tradição nos mercados de capitais, considerando-se também a área de atuação e o custo da operação.